

## Parte I - Cultura e Consumo Alimentar

# “Cultura Alimentar Local” e Reflexões sobre o “Lugar”: Múltiplos Sentidos em Transformação

Carolina Daltoé da Cunha  
Shirley Donizete Prado  
Fabiana Bom Kraemer  
Luciane da Costa Moás

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros


CUNHA, C. D., PRADO, S. D., KRAEMER, F. B., and MOÁS, L. C. “Cultura Alimentar Local” e Reflexões sobre o “Lugar”: Múltiplos Sentidos em Transformação. In: CARVALHO, M. C. V. S., KRAEMER, F. B., FERREIRA, F. R., and PRADO, S. D., eds. *Comensalidades em trânsito* [online]. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 106-127. Sabor metrópole series, vol. 11. ISBN: 978-65-5630-177-8. <http://doi.org/10.7476/9786556301778.0006>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



# **“CULTURA ALIMENTAR LOCAL” E REFLEXÕES SOBRE O “LUGAR”**

## **MÚLTIPLOS SENTIDOS EM TRANSFORMAÇÃO<sup>1</sup>**

CAROLINA DALTOÉ DA CUNHA  
SHIRLEY DONIZETE PRADO  
FABIANA BOM KRAEMER  
LUCIANE DA COSTA MOÁS

### **A PROBLEMÁTICA EM PAUTA**

Até a década de 1970, acreditava-se que a produção insuficiente de alimentos era o determinante básico da fome no mundo. Com o advento da internacionalização das economias mundiais e do aumento da produção agrícola – a Revolução Verde –, o argumento da produção insuficiente de alimentos caiu por terra. Outras problemáticas foram colocadas nas pautas acadêmicas de pesquisa e nas políticas públicas em torno da alimentação, tais como: as questões ambientais; a segurança alimentar e nutricional; a qualidade dos alimentos, em termos de contaminações e de processos de industrialização;

---

1 Este trabalho é oriundo do projeto de dissertação de mestrado ora intitulado “O espaço geográfico como ferramenta teórica para estudos no campo da Alimentação e Nutrição: considerações sobre o conceito de lugar”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

as identidades alimentares, uma vez que uma homogeneidade do consumo de alimentos pelo mundo estaria sendo anunciada como parte do processo de globalização econômica e das culturas.

Para Milton Santos (2000), a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Nesse contexto, alguns estudiosos entendem que a comida se tornou mercadoria de valor econômico em escala global, resultado do movimento do capitalismo de fusão entre empresas agroalimentares, expansão dos mercados em desenvolvimento, ampliação da capilaridade de distribuição dos produtos. Análises de cunho macroestrutural sugerem – ainda que reconhecendo as articulações entre os processos derivados da globalização com a cultura local, a religião, o gosto, o simbolismo e a identidade – que a comida tem sido produzida primordialmente como uma mercadoria sob as premissas de um sistema e de uma política agroalimentar de caráter global, dominada por corporações agroalimentares transnacionais, o que envolve uma forma legitimada de agrobiopoder e de ameaça à soberania alimentar.<sup>2</sup> (AZEVEDO, 2017)

Para antropóloga Silvia Carrasco i Pons (2005), estaríamos diante de um processo de aculturação alimentar, ou seja, perdendo o conhecimento tradicional de manipulação dos alimentos em decorrência da monetarização de seu acesso, da introdução massiva de métodos e produtos novos para exportação, da importação em larga escala de produtos refinados, além da redução das áreas circundantes às moradias que antes eram primordialmente destinadas aos cultivos de autoconsumo. Claude Fischler (2015) defende que, em decorrência desses processos, as regras culinárias que estruturavam a “cultura alimentar tradicional” estariam passando por um processo de desinstitucionalização. A força reguladora que estruturava a gastronomia estaria sendo substituída pela “gastro-anomia”, ou seja, um cenário alimentar no qual códigos e normas que enquadram culturalmente o comer encontram-se fragilizadas, rachadas e desordenadas. O crescimento e proliferação de empresas transnacionais de *fastfood*, como McDonalds, KFC, Burguer King, Subway, Domino’s são exemplos dessa realidade em expansão.<sup>3</sup>

---

2 O conceito de soberania alimentar foi definido formalmente pela Via Campesina Internacional como o direito de cada nação a manter e desenvolver os seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva.

3 As empresas transnacionais acabam por eliminar a concorrência com os pequenos e médios negócios, aumentando ainda mais a dependência dos consumidores. (OSWALD, 2011) Nos mercados altamente

No entanto, como nos indica Milton Santos, se também olharmos por outro ângulo, o processo de globalização possibilita reconhecer fatos indicativos da emergência de uma nova história que aprofunda ainda mais a mistura de povos, culturas e gostos em todos continentes aflorando junto a estes uma mistura de “filosofias”.

Trata-se de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade, ou seja, a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos – antes exclusivos das culturas de massas. (SANTOS, 2000, p. 21)

Nesse sentido, Doreen Massey (2005) ressalta que a globalização é um projeto cuja naturalização conduz à descrição do mundo como ele é ou será inevitavelmente. Para a geógrafa, esse tipo de cosmologia homogeneizadora faz como que não reconheçamos as trajetórias, culturas e potencialidades dos diferentes lugares, obliterando as multiplicidades e heterogeneidades contemporâneas. Nessa linha, Dias e demais autores (2014) consideram que o sistema agroalimentar moderno<sup>4</sup> apresenta contradições e deposita no conceito de comida – alimento na cultura – uma centralidade para o entendimento das suas ambiguidades. Sob esta perspectiva, a comida torna-se um tema frutífero para explorar os múltiplos significados da globalização, uma vez que expõe a complexidade de um peculiar fenômeno que transcende o aspecto econômico.

Diante desse cenário ambíguo e na tentativa de limitar certos impactos desse processo sobre as práticas alimentares da sociedade, observa-se, no Brasil, um conjunto de esforços no âmbito das políticas públicas que se propõem a contribuir para o enfrentamento da pandemia de obesidade – espécie de política global – e vão no sentido da preservação de práticas

---

concentrados, as grandes empresas determinam da forma mais conveniente a padronização no consumo de alimentos.

4 Para Pellerano (2014), o sistema agroalimentar trata da combinação compreendida como mais adequada entre diferentes possibilidades de produção (caça, coleta, cultivo), distribuição (centralizada ou não), transação comercial (compra e venda, troca, oferenda), preparo (comer cru ou cozido, e de que forma transformar esse alimento), combinação de ingredientes (arroz com feijão, como na cozinha brasileira, ou com macarrão cabelo de anjo também de arroz, como na cozinha árabe) e consumo (sozinho, com companhia, à mesa de jantar, na lanchonete, caminhando pela rua).

alimentares e dos cuidados individuais com a saúde articulando as categoria “tradicional”, “saudável” e “ambiente” através da normatização do espaço e da “cultura local”.

Tendo em vista o fenômeno da globalização e os movimentos no sentido da restauração das “culturas alimentares tradicionais” em políticas públicas de alimentação brasileira guiadas pelos campos políticos e científicos envolvidos, registramos a imprescindibilidade de se analisar relações entre a alimentação, a cultura e o espaço. Para tal buscaremos integrar diferentes abordagens teóricas sobre “lugares” e “cultura”, com destaque para aquelas oriundas do campo da Geografia Humana, tendo como objetivo problematizar o contexto socioespacial em que consumo de alimentos se insere na atualidade brasileira e a razoabilidade de algumas orientações presentes no que tange a preservação de culturas alimentares “tradicional”, “genuínas”, “saudáveis” e “locais”.

Dessa forma, na primeira parte desta exposição contextualizamos o cenário brasileiro nesses espaços-tempos globais em sua interface com o campo da Alimentação e Nutrição assinalando para as principais problemáticas associadas, a fim de situar o debate da globalização da alimentação no Brasil e suas conexões com o processo de reconfiguração socioespacial pelo qual passamos. A segunda seção procura estabelecer uma aproximação teórica sobre as categorias de “espaço” e “lugar” apontando para os múltiplos interesses e sentidos alimentares que atravessam aquilo que as ciências nomeiam como “local” no contexto anteriormente enunciado. Também apontamos para as repercussões que algumas formas de imaginar o espaço promoveram sobre a ideia corrente cultura local, tradicional ou genuína.

Destaca-se que neste estudo procuramos avançar através de uma concepção de “lugar” que ultrapassasse a materialidade em que o espaço vem sendo reduzido em algumas abordagens, sem, no entanto, desconsiderá-la de nossa análise. Para tal abordamos a temática das formas espaciais simbólicas, tomando-as como suportes de mensagens e de símbolos que se relacionam com as múltiplas identidades de lugar e os múltiplos sentidos que a comida assume nestes. O que adiantamos, é a que as geografias das relações sociais estão em mutação com o processo de internacionalização do mundo, tornando ainda mais complexas as relações sociais mediadas pela comida no espaço, fazendo com que surjam novas questões em torno daquilo que poderíamos nomear como “lugares de alimentação” e “cultura local”.

## **GLOBALIZAÇÃO E ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: UM PANORAMA DAS DIMENSÕES SOCIOESPACIAIS ENVOLVIDAS NO FENÔMENO ALIMENTAR CONTEMPORÂNEO**

Para Milton Santos (1988), o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Com a internacionalização das economias mundiais, os segmentos mais competitivos da indústria de alimentos vêm apresentando novas configurações em função de movimentos de fusões e aquisições de multinacionais que, estrategicamente, procuram fortalecer-se através da formação de oligopólios. A americana Cargill por exemplo, é fornecedora, no Brasil, de imensa gama de produtos alimentícios. Desde 2006, a empresa atua em atividades que vão desde o esmagamento de oleaginosas para produção de farelos para alimentação animal, passando pelas indústrias de biocombustíveis, até a produção de maionese, atomatados, margarinas e outros produtos alimentares. A Cargill é detentora das marcas Soya, Delícia, Primor, Salada, Cardeal, Salsaretti, Suprema e Gradina.

Em situação similar, a empresa holandesa Bunge encerrou, no ano de 2016, com vendas de 9,790 bilhões de dólares. (MELHORES..., 2017) Sua área de atuação perpassa o setor de originação de grãos e processamento de soja e trigo, a fabricação de produtos alimentícios e até mesmo serviços portuários. Nessa conjuntura, destaca-se que o agronegócio é uma das esferas econômicas da produção de alimentos no Brasil que não apresenta indicativos de retrocesso e segue sobrelevando o Brasil no cenário internacional. Com injeção pesada de "tecnologia" em todas as etapas do processo produtivo, a produção de soja, carro-chefe da agricultura brasileira, ultrapassou a barreira de 114,843 milhões de toneladas no ano de 2018, segundo dados disponibilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (EMBRAPA, 2019)

A vista de tal processo, ressalta-se que a reestruturação produtiva agropecuária pela qual passa o cenário brasileiro caracteriza-se pela produção de commodities, combustíveis renováveis, frutas tropicais e matérias-primas para vários ramos agroindustriais, com seu funcionamento regulado cada vez mais pela economia de mercado, em razão de demandas voltadas primordialmente à exportação e menos as demandas internas. Tal modelo de produção agrícola vem sendo fortemente articulado ao planejamento da

agricultura nacional e à subalternização da agricultura familiar, responsável pela maior parte da produção alimentar destinada a economia doméstica.

No entanto, não se pode ignorar que a agricultura familiar está presente em 84% dos estabelecimentos de comércio agropecuários e responde por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural. (IBGE, 2009) Importante aqui registrar a existência de critérios legais de enquadramento dos agricultores nos padrões da agricultura familiar, estipulados segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Por meio desse enquadramento, o agricultor passa obter com maior facilidade benefícios estatais, tal como o acesso a financiamentos. Nesse sentido destaca-se que o aumento da produtividade e integração ao mercado global são prometidos a essa categoria de trabalhadores por meio da compra de maquinário agrícola, de sementes geneticamente modificadas e pelo uso de insumos como fertilizantes e agrotóxicos fornecidos por empresas como a Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA). Para Santos (1988) quanto mais modernizada a vida agrícola, mais amplas são suas relações com o longínquo uma vez que só a produção direta se dá localmente. A garantia de participar de uma lógica que é extralocal insere essas atividades em nexos cada vez mais extralocais.

Dentro dessa lógica, até mesmo os projetos de desenvolvimento agrícola nacionais e das próprias indústrias locais estão subordinados ao capital de natureza mundial. (SANTOS, 1988) Assim, ao cabo, o enquadramento legal do campesinato aos padrões da agricultura familiar pode representar certa subordinação destes ao modelo de produção hegemônico e à matriz de produção tecnológica dominante. Em outras palavras, também os pequenos agricultores estão vinculados aos produtores de sementes, produtos químicos e equipamentos, além das redes de distribuição das grandes corporações. Para Santos (1994) com o processo de globalização estaríamos, cada dia mais, diante de um território nacional de economia internacional.

Como a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa. Em outras palavras, a contradição entre o externo e o interno aumentou. (SANTOS, 1994, p. 76)

Cabe ressaltar que, dentre as múltiplas formas de apropriação e influência sobre o espaço exercidas pela indústria agroalimentar, a difusão de tecnologias agrícolas importadas merece destaque, pois vem contribuindo para que a concentração fundiária no país seja ampliada. Em *A natureza do Espaço*, de 1996, o estudioso nos lembra que vivemos em uma era da "inovação galopante" caracterizada pela rapidez com que geograficamente se difundem as tecnologias no mundo. Para o autor, o casamento entre a técnica e a ciência veio reforçar a relação que então se esboçava entre ciência e produção. A versão atual deste casamento, a que ele chama de tecnociência, situa a base material e ideológica onde se fundamos discursos da globalização.

A tecnociência é responsável pelo aprofundamento do processo criativo de novos objetos, novas engrenagens, novos materiais e novas apropriações das virtualidades da "natureza", conformando o que Santos (1996) conceitua como sistemas técnicos. Esses sistemas atuam desalojando os sistemas precedentes autônomos ou mesmo incluindo-os em sua própria lógica segundo graus diferenciados de dependência e quando então instalam-se nos lugares, os fazem como sistemas integrados a outros sistemas representativos do sistema econômico hegemônico mundial.

De acordo com o autor, os sistemas técnicos são, sobretudo, sistemas invasores, no entanto, seus limites de invasão são controlados pela divisão do trabalho e pelas condições de densidade dos lugares não se concretizando de maneira homogênea no espaço e nem garantindo integração uniforme a aqueles que os incorporam. Assim, apesar da aderência de muitos agricultores familiares aos sistemas técnicos dominantes extralocais, o próprio mercado global se mostra pouco receptível às lógicas de produção em pequena escala, fazendo com que muitos não tenham como arcar com os custos da produção tecnológica e vendam suas terras aos que possuem maior capital de investimento, aprofundando o processo de concentração fundiária no país. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2014), 51,18% das terras agrícolas no Brasil estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais.

Nesse contexto, para vislumbrarmos as diferenças socioespaciais derivadas dessa configuração territorial desigual, cabe elucidar que qualquer localização inserida nos limites políticos brasileiros necessariamente pertence a um município e este, por sua vez, deve dispor de uma sede administrativa.



Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) essa sede político-administrativa recebe o título de “cidade”, independentemente do número de habitantes e de suas dinâmicas sociais. Ressalta-se que dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 0,8% têm mais de 500 mil habitantes – uma vez que estes municípios também abrangem as áreas de concentração da produção agrícola brasileira, ou seja, grandes vazios demográficos. Por outro lado, em discrepância, observa-se que 21,8% da população do país (45,5 milhões) vive no estado de São Paulo. Somente a capital abriga cerca de 12,2 milhões de habitantes e sua região metropolitana em torno de 19 milhões, ocupando a 4ª posição no ranking das maiores aglomerações urbanas do mundo. (SÃO PAULO, 2018)

Assim, apesar de o país possuir muitas cidades por abrigar número significativo de municípios, estes não são homogêneos quantitativa ou qualitativamente. Parte massiva da população é atraída para o Sudeste, onde concentram-se as metrópoles brasileiras, fazendo com que as regiões administrativas como Centro-Oeste e Nordeste apresentem baixa densidade demográfica – 8.75 e 34.15 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente – em contraponto a Região Sudeste, que apresenta nada menos que a média de 86.92 habitantes por quilômetro quadrado. (IBGE, 2010)

Dessa forma, torna-se evidente a atuação do processo de internacionalização das economias mundiais, o papel da agroindústria de alimentos sobre a configuração territorial brasileira e sua respectiva influência sobre o crescimento das áreas metropolitanas do País. Nessa mesma direção, têm destaque a especulação fundiária, os conflitos em torno de terras e os fluxos de capitais que circulam em busca de oportunidade de negócios; conflitos que extrapolam a dimensão econômica da produção de alimentos com consequências políticas e ambientais, como por exemplo, a ocupação do solo da Região Amazônica, do Cerrado e do Pantanal. Outro fator não menos importante, é o interesse na mineração que também tensiona as questões políticas da agroindústria.

Em síntese, podemos afirmar que a concentração fundiária estrutural vem sendo intensificada pela propagação do ideário do progresso, materializados nos sistemas técnicos extralocais que se capilarizam entre grandes e pequenos produtores de alimentos do interior do país, desalojando boa parte da população campesina, que então vislumbra nas grandes cidades a possibilidades de sobrevivência. A Região Sudeste como um todo – São

Paulo em especial –aparece neste ensaio como ilustração deste movimento de deslocamento demográfico com a finalidade de demonstrar que tais processos não se apresentam desvinculados das lógicas de produção, distribuição e consumo de alimentos e nem mesmo das novas formas sociais de consumo de alimentos que afloram da necessidade de adaptação das pessoas a tais circunstâncias.

Tangenciando o crescimento generalizado da sociedade urbana, com destaque para as grandes metrópoles brasileiras, emerge a outra face do fenômeno alimentar contemporâneo e com ela a manifestação – ainda que controversa – da obesidade, tema relevante e caro para o campo da Nutrição e Alimentação, este que a toma, precipuamente, como uma categoria definida pela perspectiva biomédica. Em diversas abordagens, associa-se à obesidade uma complexa trama que envolve o consumo de alimentos considerados de baixa qualidade nutricional e seu alto valor energético agregado – sublinhe-se aqui, fornecidos pelos mesmos oligopólios e sistemas técnicos instalados nas áreas voltadas para a produção de alimentos. Sob outra ótica ainda, Alencastro e demais autores (2017) consideram fundamental compreender a obesidade também a partir de aspectos culturais e simbólicos e, destacamos aqui, socioespaciais que o envolvem.

Trata-se, sobretudo de abordá-la-como um fenômeno correlacionado aos diversos valores implicados neste assunto complexo como, por exemplo, o conflito de interesses da indústria farmacêutica, da indústria de alimentos, a prescrição e indicação de tratamento, o desejo, a felicidade, a autonomia e o valor da vida. (ALENCASTRO et al., 2017, p. 163, grifo nosso)

No que tange a sua dimensão socioespacial, assistimos o tecido urbano sendo submerso pela crescente oferta de alimentos considerados “nutricionalmente não saudáveis”, cujos desenvolvimento, processamento e distribuição também se encontram coordenados pela tecnociência, informada pelos interesses das empresas transnacionais, conforme já destacado.

Para além do adequado ou inadequado, vislumbra-se aqui evidenciar processos relativos às transformações socioespaciais na atualidade. Entre os diversos fatores socioespaciais que configuram a emergência de novas formas de comensalidade no conjunto dos diferentes lugares que constituem as regiões predominantemente metropolitanas, destacamos: a tendência de

deslocamento das habitações de baixa renda para localizações periféricas, uma vez que as áreas centrais vem passando por intensos processos de revalorização,<sup>5</sup> tornando cada vez mais longos os trajetos da população de classes sociais menos favorecidas da casa para o trabalho; a precarização dos transportes públicos e a ineficácia das vias de circulação que integram as zonas periféricas aos centros comerciais; a verticalização das moradias cada vez mais acentuada, com aumento da densidade populacional; e o incremento da frota de carros, motocicletas, caminhonetes, caminhões que inundam o mercado e as ruas tendo como desfecho engarrafamentos intermináveis e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores urbanos. Ao cenário caótico das grandes cidades, somam-se ainda a crise econômica e o desemprego que levam milhares de pessoas a trabalhar em condições precaríssimas, por exemplo, como vendedores ambulantes de alimentos e bebidas – geralmente, industrializados em porções individualizadas – nos inúmeros pontos de espera de ônibus ou mesmo caminhando entre os veículos na lentidão crônica do trânsito.

Como consequências relacionadas a este complexo processo de reconfiguração territorial contemporâneo, a literatura no campo alimentar-nutricional aponta para a redução do tempo destinado ao preparo e ao consumo de alimentos *in natura* e para a desestruturação das refeições, que vem gradativamente sendo substituídas por lanches rápidos e alimentos pré-prontos, industrializados congelados, contribuindo para a diluição das formas de relacionamento entre as pessoas e as comidas que se davam tradicionalmente à mesa.<sup>6</sup> (ARNAIZ, 2005; PROENÇA, 2010)

A redução do consumo de alimentos “tradicionais”, “saudáveis” em “ambientes adequados” pode ser considerada, então, como fenômeno

---

5 Por vezes, tal mecanismo se insere em uma lógica global de remodelação dos centros urbanos para que estes possuam a forma das ‘cidades globais’ encarecendo o custo de vida nestas áreas.

6 Os alimentos ultraprocessados, com alto teor energético e baixo valor nutricional são cada vez mais utilizados devido a praticidade de transporte, baixo preço e longa durabilidade. Um pacote de biscoito, por exemplo, pode ficar semanas exposto numa barraca de vendedor instalado em alguma calçada ou numa bolsa, mochila ou ainda na gaveta da mesa de trabalho, ao contrário de uma fruta ou de refeição preparada na hora, o que costuma ser mais caro e com prazo de validade mais curto. Uma lasanha congelada comprada no supermercado possibilita a preciosidade de algum descanso ao corpo/mente por não exigir o trabalho, a disposição emocional e o tempo de seu preparo, que vão desde a compra dos ingredientes até a limpeza final da cozinha. Evidentemente, não se reduz a isso o que move alguém a optar por ingerir produtos alimentícios pré-prontos ou prontos e industrializados em processos de produção altamente complexos, mas são alguns exemplos que ilustram a movimentação em tela.

atravessado por vasto leque de condições que vão desde projetos macroeconômicos de organização territorial no plano internacional, passando por setores de planejamento urbano das cidades, até as transformações socioculturais derivadas de tais processos, fazendo com que cada vez menos tenhamos possibilidades de agir de acordo com prescrições e normas ditadas pela racionalidade nutricional vigente. Para Viana e demais (2017), a racionalidade nutricional se refere às práticas alimentares atentas ao permanente cuidado em manter na alimentação o equilíbrio de nutrientes, ainda que em detrimento do prazer de comer ou das possibilidades materiais para que essas normas de cunho biomédico sejam cumpridas. Tais práticas alimentares sinalizam preocupações centradas no “consumo racional de alimentos” e com a “alimentação balanceada”. Neste sentido observa-se que esta abordagem vem procurando estabelecer alianças teórico-metodológicas com concepções oriundas da geografia teórico quantitativa,<sup>7</sup> tomando o espaço geográfico como materialidade quantificável, cuja finalidade encontra-se sobretudo na construção de modelos sobre a realidade que não seriam apenas descritivos, mas prospectivos.<sup>8</sup> A convergência de tais abordagens tem, sobretudo, a finalidade de subsidiar importantes projetos de planejamento e de gestão sobre o urbano local enquadrando espaços múltiplos em critérios sanitários e de saúde, o que nada tem de neutro ou de estritamente técnico.

## ESPAÇO E LUGARES EM TRANSFORMAÇÃO

Compreendendo o espaço enquanto processo multidimensional e em crítica a uma forma estritamente técnica de definição destes, Milton Santos (1978, p. 67) coloca que “[...] um processo multidimensional não pode estar contido

---

7 A Geografia Teórico-Quantitativa se consolidou no contexto socioeconômico que vivia o mundo no período pós-Segunda Guerra. Nesse sentido, como explicita Yves Lacoste (1976, p. 10) muito mais que uma série de estatísticas ou um conjunto de escritos, a cartografia torna-se a forma de representação geográfica por excelência. Coloca o autor: “[...] é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e de estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável”. Nesta vertente, a estatística é o principal caminho para se chegar à comprovação de hipóteses e esclarecimentos de fenômenos geográficos e sua finalidade a interferência do Estado sobre seus territórios.

8 Os Cenários Prospectivos são configurações de imagens de futuro condicionadas e fundamentadas em jogos coerentes de hipóteses sobre os prováveis comportamentos das variáveis supostamente determinantes do objeto de planejamento. Assim, a pesquisa prospectiva sobre o espaço tem como objetivo, permitir ao analista prever decisões “adequadas” às suas aspirações. (SANTOS, 1978)

em um modelo linear porque não se trata aqui de procurar relações de causa e efeito, mas de estabelecer a rede de causalidades em diferentes níveis, o que seria melhor chamar de contexto”.

Por esse ângulo, o espaço é um conjunto de possibilidades que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte tornou-as ainda mais interligadas e interdependentes através dos lugares. O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades da globalidade, ou seja, é parte do mundo e desempenha um papel em sua história: “[...] quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos” (SANTOS, 1988, p. 34), isto é, tornam-se únicos e conferem heterogeneidade ao espaço geográfico. Neste sentido, o autor ressalta que os fenômenos de evolução que constituem propriamente a vida dos lugares e das pessoas não podem ser apenas objetos de um tratamento matemático, pois existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculos e compreende formas afetivas, emotivas, rituais.

A compreensão da dinâmica dos lugares impõe que se tenha em conta os processos planetários em curso, considerando que estes incidem desigualmente sobre os lugares de produção e sobre os lugares de vida. Exigem abordagens teóricas que integrem tanto análises de cunho macroestrutural, quanto a vida cotidiana das pessoas. O debate teórico sobre os “lugares” em sua interface com a alimentação contemporânea pode contribuir para compor saberes em face dessa complexa trama que envolve os sentidos e significados do comer em espaços-tempos globais.

Muitos autores afirmam que vivemos em uma época onde as coisas estão se “acelerando” e disseminando por toda superfície planetária. “Mais pessoas viajam com mais frequência para lugares mais distantes. Suas roupas são provavelmente feitas numa variedade de países que vão da América Latina ao sudeste asiático. Seus jantares consistem em comida importada do mundo inteiro”. (MASSEY, 2000, p. 177)

No entanto, ao passo que hoje falamos de uma transgressão de fronteiras e dos espaços de fluxos, identifica-se simultaneamente o imaginário de um tempo em que esses limites se mostravam impermeáveis, no qual “culturas genuínas” constituíam-se com solidez duradoura, permanecendo até os dias atuais. Sinalizando certo alinhamento a esta última perspectiva, há entendimentos de que campanhas publicitárias que acompanham a monetarização e a internacionalização da alimentação na modernidade corroboram para a

desvalorização das “culturas alimentares genuínas”. Considera-se um bom exemplo a marca Gallo, pertencente à Unilever e vendida em todo o planeta concorrendo com marcas locais. Agrega-se, aqui, a ideia de “cultura local”, vinculada à valorização de práticas alimentares do passado que estariam em risco de desaparecimento em função da entrada dos alimentos produzidos para o global. A palavra “genuíno” deriva etimologicamente do latim *genuinus* que significa “natural, não adquirido”. Para o dicionário, genuíno diz respeito aquilo que é puro, sem mistura nem alteração ou que é autêntico. Já a palavra local deriva do latim *locus*, que diz respeito ao lugar. Desta forma, tais passagens suscitam grande inquietação, afinal, o que é uma cultura alimentar genuína de um lugar?

A geógrafa Doreen Massey (2005) explica que tal forma de conceber as culturas e os lugares têm suas raízes num certo modo através da qual a história da Modernidade vem sendo contada e através da qual desenvolveu-se uma compreensão hegemônica da natureza do espaço e da relação entre o espaço e a sociedade. Por algum tempo, a noção idealizada de lugares habitados por comunidades coerentes e homogêneas, totalidades estáticas e autocontidas perpetuou-se nas Ciências Sociais como um todo. Para a autora, uma das consequências dessa forma concepção da natureza do espaço na Modernidade traduz-se num suposto isomorfismo entre “espaço e lugar” e “sociedade e cultura”. Nessa perspectiva, espaço e sociedade formavam um mapa recíproco em que comunidades locais traziam suas “culturas genuínas” contidas em seus respectivos lugares/locais, bem como, nações possuíam seus Estados-nação, ambas com delimitações espaciais e fronteiras internamente coerentes. Trata-se de uma forma de imaginar o espaço – uma imaginação geográfica – constituinte daquilo que se tornaria um projeto para “organizar” o espaço global. E, através dessa imaginação do espaço como regionalizado/dividido, o projeto particular e altamente político da forma Estado-nação pode ser legitimado e generalizado pelo mundo, como forma de progresso<sup>9</sup> incontornável das sociedades.

---

9 As principais implicações dessa noção são as seguintes: a) o curso dos eventos (naturais e históricos) constitui uma série unilinear; b) cada termo desta série é necessário no sentido de não poder ser diferente do que é; c) cada termo da série realiza um incremento de valor sobre o precedente; d) qualquer regressão é aparente e constitui a condição de um P. maior. (ABBAGNANO, 2007)

A autora ressalta que essa maneira implícita de compreensão do espaço tem repercutido sobre a forma da “saudade” de uma eventual “coerência do lugar”, refletindo-se em nacionalismos que frequentemente buscam recuperar heranças essencializadas. Nessa leitura, os lugares/locais e as práticas alimentares tradicionais a eles associadas são foco de uma forma de escapismo romantizado da atividade real do mundo. “Enquanto o tempo é visto como movimento e progresso, o espaço ou lugar é equiparado ao imobilismo e reação” (MASSEY, 2000, p. 181), ou seja, os lugares/locais de alimentação representariam um receptáculo material onde seria factível perpetuar um conjunto de práticas alimentares do pretérito, tornando as “culturas alimentares genuínas e tradicionais” imortalizada.

No entanto, como reforça a autora, o que dá ao lugar/local sua especificidade não é uma história longa e essencializada, mas o fato de que estes se constroem a partir de uma constelação particular de relações socioculturais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. Assim, para pensarmos os lugares/locais na sua história e, principalmente, na atualidade, deveríamos partir da noção que estes são constructos extrovertidos, que existem necessariamente mediante suas ligações com o mundo mais amplo, integrando constitutivamente o global e local. Sob essa ótica, qualquer explicação adequada de um lugar deveria colocar o local em seu contexto mais amplo.

Recomendações para que a procedência dos alimentos adequados para o consumo seja oriunda de mercados locais em prol da saúde dos sujeitos e do ambiente minimizam, tanto a complexa trama envolvida na produção, distribuição e consumo de alimentos no cenário global e os atuais desdobramentos desse processo nos grandes centros urbanos e nos campos industrializados do Brasil, quanto as transformações nas práticas alimentares incorporadas através de atualizações adaptativas<sup>10</sup> diante da emergência desses novos contextos.<sup>11</sup> Tal formulação opera no sentido de ofuscar a dinamicidade

---

10 Para Carvalho (2011) diferentes estilos alimentares sofrem as mesmas pressões condicionantes da globalização, nas condições de vida e de trabalho, nos modos de ser, de sentir e de pensar, de imaginar dos sujeitos, atualizando suas práticas de modo adaptativo. A autora defende com exemplos que tanto as práticas como os termos “fastfood” e “natural” sofrem ressignificações, adaptando-se a contextos sociais como estratégia de convivência e de sobrevivência social.

11 O cafezinho e o pão de queijo “mineiro” vendidos nos engarrafamentos das Linhas Vermelha e Amarela do Rio de Janeiro são bons exemplos dessa apropriação de marca simbólica de um alimento ‘genuína-

própria da vida humana, daquilo que compreendemos como cultura e dos novos, antigos – ou que for da humanidade – lugares de alimentação.

Para a incorporação de uma visão dinâmica e articulada dos lugares de vida das pessoas, Massey (2000) propõe que nos distancieemos de concepções que os compreendam como “materialidade estática delimitada”. Os lugares não devem ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias. Eventualmente, lugares podem ser delimitados para estudos, mas não para conceituação de um lugar em si. Sua definição não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior, seja uma rua, uma região ou um continente. Para autora, apenas poderemos vislumbrar a compreensão das múltiplas e dinâmicas socioculturais imbricadas em um lugar se os pensarmos como momentos articulados em uma rede de relações de entendimentos sociais extralocais.

Ao não imaginarmos os lugares em seu contexto mais amplo, a ideia de comunidades “locais” nos parece a cada dia mais frágil e insustentável, uma vez que podemos visitar outros países e encontrar os mesmos restaurantes e produtos alimentares que frequentemente temos disponíveis em nosso bairro ou quando podemos comer comida japonesa ou mexicana em qualquer *shopping center* no Brasil. É também curioso percebemos que, ainda que seja possível comer sushi em um *shopping* brasileiro ou japonês, cada um de nós poderá ter experiências muito diferentes, únicas, singulares nesses lugares aparentemente iguais. Do mesmo modo, nas gôndolas dos supermercados podemos encontrar massas italianas, azeites portugueses, queijos franceses ou vinhos de diversas nacionalidades com um preço menor que o de um concorrente local. Assim também, muitos produtos locais fazem parte da cadeia produtiva de grandes atores globais ou agem segundo a mesma ótica e utilizam as mesmas estratégias. Há, ainda, alimentos industrializados localmente produzidos que correspondem a versões de segunda linha ou simulacros de produtos originários das grandes empresas internacionais, carreando ambos os mesmos problemas relacionados a excessos de sal, açúcar e/ou gorduras em sua composição. Consumir quaisquer desses alimentos – sushi no restaurante a quilo, azeite “tipo” português, biscoito “isopor”, refrigerante imitação etc. – pode significar a incorporação de

---

mente local e imaginariamente fixado na cultura tradicional<sup>1</sup>, cujo simulacro é comercializado em contexto totalmente fora do habitual.



signos absolutamente particulares, de distinções únicas e em expressões das mais diversas intensidades em relação a pratos considerados “genuinamente tradicionais” e próprios da “cultura alimentar local”. Assim, ressaltamos que é necessário conceber os lugares de alimentação não como estáticos ou(e) como simples construções materiais, mas como sempre dinâmicos *lugares-encontro*, entre pessoas e comidas, em permanente transformação, abertos a constante ressignificações e a múltiplos sentidos.

Diante da complexidade do assunto, evidentemente, a materialidade também desempenha o papel de suporte de mensagens e de símbolos. Desta forma, recorreremos ao tema das formas espaciais simbólicas sistematizado pelo geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa. Para nós, estudar os símbolos em sua dimensão espacial, constitui um exercício cuja finalidade é dar visibilidade a um importante aspecto da ação humana, marcada não somente por uma perspectiva econômica ou racional, mas também pelo ato de simbolizar no e a partir do espaço. Para Santos (1985), a forma é o aspecto visível de um objeto no espaço, referindo-se ao arranjo ordenado de objetos. Nesse seguimento, Corrêa (2007) argumenta que estas formas espaciais seriam também simbólicas uma vez que carregam representações da realidade, resultantes de complexos processos pelos quais os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo social.

Partindo da corrente construtivista de interpretação dos signos, Roberto Lobato Corrêa considera que os significados são construídos a partir das experiências daqueles que interpretam as formas simbólicas. Assim, as formas espaciais simbólicas estão sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, ou seja, por uma polivalidade. Resgatando os escritos de Panovsky (2004) – que debruça-se sobre o estudo da Iconografia – o autor destaca que os significados das obras de arte são construídos em três níveis: um primeiro que opera na identificação das formas puras, reconhecidas como portadoras de um significado primário; um segundo nível onde produzem-se significados secundários e/ou convencionais, onde podem estabelecer-se imagens, histórias e alegorias; e um terceiro nível, no qual, finalmente, produzem-se um significado profundo, intrínseco, no qual se revelam por exemplo a atitude básica de um período histórico, de uma classe social, ou mesmo de uma filosofia. O último nível corresponde assim a Iconologia, ou seja, um método interpretativo, aberto e construtivista.

As relações entre formas simbólicas e espaço são complexas e caracterizam-se por uma “mão dupla” pois, ao passo que se realizam enquanto tais em razão de sua localização, as próprias localizações são marcadas pela presença das formas simbólicas. Corrêa (2007) nos chama a atenção para o fato que as políticas locacionais das formas simbólicas derivam do desejo de que elas cumpram eficientemente o papel que delas esperam aqueles que as conceberam. Tal política envolve as “dimensões absoluta e relativa do espaço” que abrangem a localização absoluta, a localização relativa e a localização relacional das formas simbólicas. (CORRÊA, 2007, p. 13)

A localização absoluta de uma forma espacial simbólica designa o sítio onde ocorre um dado evento considerado significativo ou que se deseja transformar em local de celebração ou contestação por apresentar um potencial positivo para este fim. No que tange a alimentação, podemos destacar como exemplo de localização absoluta de uma forma espacial simbólica, um restaurante à beira mar cujo prestígio esteja associado à sua localização, como o muro do Bar da Urca.<sup>12</sup>

A localização relativa de uma forma espacial simbólica diz respeito à visibilidade, mas, sobretudo, a acessibilidade face a toda cidade ou espaço regional ou nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas espaciais simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera. Um ponto de venda de alimentos, estrategicamente posicionado em um local que o forneça ampla visibilidade e acesso a um público variado. Como exemplo, podemos registrar o caso de uma marca de biscoitos que monta um estande em um evento internacional como o Rock in Rio, que recebe visitantes de todas as partes do mundo. O estande constituiu-se uma forma espacial simbólica que usufrui de uma localização relativa, isto é relacionada ao evento e a rede de fluxos internacionais que imbrica.

Finalmente, as formas espaciais simbólicas apresentam uma localização relacional, isto é, quando localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes, um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual se opõe outro espaço. Uma barraquinha

---

12 O Bar Urca é um restaurante especializado nas cozinhas brasileira e portuguesa. Os frequentadores o transformaram em espécie de *point* carioca democrático, muito disputado no verão por locais e turistas, pois serve também cerveja e petiscos de forma bastante descontraída: na mureta da Urca – um muro baixo ao lado de uma calçada com vista para a Baía de Guanabara e seus atrativos, como a praia da Urca, o Corcovado, os bondinhos do Pão de Açúcar.

de pipoca localizada em frente a um antigo cinema de rua beneficia-se de sua posição relacional pois a pipoca vendida no grande estabelecimento não assume o mesmo valor simbólico que a pipoca vendida pelo pipoqueiro em sua “tradicional” carrocinha. O Mate Leão, é outro exemplo de produto tipicamente carioca, que pertence à Coca Cola. O valor simbólico da “marca carioca” se torna apenas um valor agregado à marca global. É bastante importante bem como interessante notar como o valor simbólico do alimento se entrelaça ao valor simbólico das formas espaciais.

É pertinente ressaltarmos também para uma eventual política de escala na qual as dimensões das formas espaciais simbólicas são concebidas. Esta também possui dimensões absolutas ou relacionais. A dimensão absoluta da escala diz respeito ao elemento físico da forma simbólica espacial, ou seja, expressa uma área, volume ou altura às quais se associam a magnitude e o prestígio. Um grande letreiro de uma famosa rede de *fast food* em uma via de circulação movimentada da cidade, pode indicar que aquela localização abriga uma comida mais saborosa; placas frontais em restaurantes, barraquinhas, quiosques populares tendem ultimamente a assumir tamanhos bastante grandes, estabelecendo em algumas circunstâncias verdadeiras disputas entre si, cada um, lado a lado, afixando painéis cada vez maiores uns em relação aos outros, independentemente do tamanho do ponto comercial; isso como quem tenta garantir mais visibilidade e distinção ao seu negócio em função do tamanho da peça publicitária instalada.

Já a dimensão relacional da escala, diz respeito a comparação com outras formas simbólicas espaciais caracterizadas pelas dimensões físicas imponentes. Hipoteticamente podemos imaginar dois restaurantes concorrentes que disputam território<sup>13</sup> e sua sobrevivência utilizando como recurso reconfigurações sistemáticas de suas formas espaciais através de reformas. O restaurante mais amplo, com melhor comodidade e conforto para seus clientes irá se perpetuar na localização por transmitir aos seus frequentadores a ideia, o significado de que estes consomem uma comida refinada. Cabe ressaltar que as duas dimensões de escala, absoluta e relacional, associam-se a ideia de poder e a superioridade.

---

13 “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

Assim, as formas simbólicas espaciais são concebidas segundo seus idealizadores para realizar diversas funções. Dentre estas podemos destacar a glorificação do passado, como no caso de restaurantes que sistematicamente adotam *layouts* que reconstróem lugares da nossa memória como “a cozinha da avó” ou “os anos 80”; ou, ao contrário sugerir a chegada do futuro. Por esta via, diferentemente da primeira, a finalidade do arranjo espacial e a exposição de certos objetos é sugerir aos frequentadores a chegada inevitável do novo.<sup>14</sup> Nessa intenção, conformam-se espaços que aderem a todos tipos de tecnologia, como no caso de supermercados que dispensam a mão de obra humana passando a fazer uso de caixas automáticos ou quando por exemplo garçons de restaurante utilizam computadores de mão para efetuar pedidos em mesas. Nestes espaços deslocamo-nos para um futuro não realístico, contido apenas nos “limites” do estabelecimento.

As formas espaciais simbólicas constituem importantes elementos no processo de criação e manutenção da identidade, seja étnica, racial, social, religiosa e, ressaltamos, a identidade de lugar. Diante de intensos movimentos de ambientalização de movimentos sociais<sup>15</sup> e a aparição de estilos de vida associados, ambos voltados para adoção de valores como o de proteção animal e ambiental, assistimos sistematicamente a incorporação desses valores no arranjo espacial a partir de geossímbolos associados nos quais, por exemplo, empresas do ramo alimentício conformam seus espaços de venda de produtos, imprimindo sobre estes símbolos como as cores verde e marrom, ou mesmo a utilização de adornos com formatos de animais e plantas, ajudando a conformar a identidade espaciais e alimentares das pessoas que frequentam esses locais.

Em diálogo com Edward Relph e Joél Bonnemaïson, o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2010) caracteriza as formas simbólicas espaciais enquanto geossímbolos, ou seja, marcas identitárias que individualizam certa porção

---

14 Neste caso, o fenômeno das antigas barbearias transformadas em *barbershops* que vendem cervejas, roupas, serviços, tratamentos estéticos e produtos cosméticos com estilo vintage é um bom exemplo.

15 Henri Acselrad explora a temática em questão em seu artigo “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”. Para o autor, é por meio do processo que ele conceitua como ambientalização que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, nos quais um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da “proteção ao meio ambiente”S. O autor destaca que disputas de legitimidade se instauram, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benígnas ou danosas.

do espaço. Nesse sentido a toponímia – a nomeação de bairros, ruas, cidades, restaurantes, *shoppings*, lojas, – também se caracteriza como um geosímbolo, uma forma simbólica de identificar um logradouro público atribuindo-lhe um significado que pode tanto valorizar ou estigmatizar o lugar referenciado. As marcas LAPA ou Favela, por exemplo, tanto podem ser estigmatizadoras como propulsoras de vendas de produtos na indústria do vestuário ou do entretenimento. Para Corrêa (2010), nomear uma localidade constitui uma forma de apropriação do espaço, impregnando-o de significado associado ao nome. A toponímia pode ser vista como a resultante da combinação entre linguagem, política territorial e identidade.

No entanto, como ressaltado anteriormente, reconhecemos a existência de uma polivalidade das formas simbólicas espaciais, ou seja, em contrapartida a interpretação oficial articuladas pelas elites produtoras de tais formas, existem interpretações populares mais compartilhadas, ou mesmo individuais que podem se caracterizar pela contestação dos valores pretendidos por seus idealizadores. Assim, reconhecemos que pessoas tecem ligações com seus lugares. Porém, mesmo onde existe uma conexão entre “a comunidade” e o “lugar” não seria pertinente reivindicar um sentido único para estas designações, uma vez que pessoas ocupam diferentes posições no interior de qualquer comunidade, atribuindo assim sentidos diferentes aos lugares. As camisetas vendidas pela internet (em todo o país e no mundo todo) com citações às praias do Rio como Ipanema, Leblon, Grumari, Prainha ou Copacabana demonstram essa apropriação do lugar simbólico. Roupas e acessórios, de um lado, para corpos das classes altas disponíveis para aquisição nas lojas situadas em shoppings, os mais sofisticados. De outro lado, vestuário para corpos “ostentação”, peças comercializadas inclusive entre os setores mais empobrecidos das megalópoles brasileiras. Assim também, os sentidos das festas marcadas por comidas e bebidas requintadas podem também ter realização nos bairros nobres ou, ao lado da fome, conferindo distinção no seio das comunidades periféricas, na multiplicidade de identidades que as habita, na heterogeneidade material e representacional que as sustenta, na extremada violência física e simbólica que atravessa, vincula e separa a miséria e a riqueza humanas; estas que são intimamente entrelaçadas em cada lugar no negócio internacional da comida, da terra, dos produtos químicos, dos medicamentos, das armas, das drogas, das commodities, do mercado financeiro...

O itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam entre este o resto do mundo – fisicamente, por telefone, por e-mail, por compras ou pela imaginação – variam muito. “Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas<sup>16</sup> podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito”. (MASSEY, 2000, p. 183) Dessa forma, se as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são, de fato construídas relacionalmente, então isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção e é a partir dessa perspectiva que se torna possível uma construção alternativa dos sentidos dos lugares. Assim, ressaltamos, com Massey (2000, p. 184) a necessidade das abordagens sobre o espaço e sobre os lugares preencherem suas visões com todas as “[...] experiências da compressão tempo-espaço”, pois o que está acontecendo “[...] é que a geografia das relações sociais está mudando”.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALENCASTRO, I.; VARGAS, E. P.; FERREIRA, F. R. *et al.* Você tem um rosto lindo, nunca pensou em fazer dieta?. In: PRADO, S. D.; FERREIRA, F. R.; VARGAS, E. P. *et al* (org.). *Cinema e Comensalidade 2*. Curitiba: CRV, 2017. p. 161-180.
- ARNAIZ, M. G. Mudanças econômicas e socioculturais e o sistema alimentar: em direção a uma nova ordem alimentar?. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 147-164.
- AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 44, n. 19, p. 276-307, 2017.
- BARCELLOS, D. M. N.; COSTA, M. F.; CARVALHO, M. C. V. S. *et al.* Identidade Alimentar: o discurso do saboroso e saudável em anúncios publicitários. In: PRADO, S. D. (org.). *Alimentação e consumo de tecnologias*. Curitiba: 2015. p. 177-201.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

---

16 Neste sentido, consultar Hall (1998). No que tange a alimentação e a pluralização da vida social contemporânea, com ampliação das identidades alimentares possíveis assumidas pelos indivíduos, consultar obra de Barcellos em 2015, Identidade Alimentar: o discurso do saboroso e do saudável em anúncios publicitários.

CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M. T. Simbolismo sobre o “natural” na alimentação. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 147-154, 2001.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *Aurora Geography Journal*, Guimarães, v. 1, p. 11-19, 2007.

CORRÊA, R. L. Temas e Caminhos da Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). *Temas e Caminhos da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010. p. 11-36.

DIAS, J. *et al.* Comida, território e identidade cultural: em busca de sentido para uma interpretação do Brasil. *SCIENTIARUM HISTÓRIA*, 7., 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Scientiarum História, 2014. Não paginado.

EMBRAPA. Soja em números: safra. EMBRAPA, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos&gt>. Acesso em: 27 set. 2019.

FISCHLER, C. *El (h)ominívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 2015.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. IBGE, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00&gt>. Acesso em: 25 set. 2019

INCRA. Atlas Fundiário Brasileiro. Brasília, DF: INCRA, 2004.

MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MASSEY, D. Por um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

MELHORES e Maiores: as 1.000 maiores empresas do Brasil. *Revista Exame*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/&gt>. Acesso em: 5 fev. 2018. p. 176-185.

OSWALD, V. Alimentos mais caros e nas mãos de poucos: dez empresas dominam mercado global e dificultam reação à alta dos preços. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 32, 20, 2011.

PANOVSKY, E. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte na renascença. In: PANOVSKY, E. *Significados das Artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 47-87.

PELLERANO, J. A. Embalados e prontos para comer: relações de consumo e incorporação de alimentos industrializados. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

- PONS, S. C. Olhares antropológicos sobre a alimentação: pontos de partida teórico metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 101-126.
- PROENÇA, R. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 43-47, 2010
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- SANTOS, M. *As metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, L.; SOUZA, A. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia nova: da crítica a geografia à uma geografia crítica*. São Paulo: EdUSP, 1978.
- SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo, São Paulo, 2018. Demografia. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados\\_estatisticos/info\\_cidade/demografia/index.php?p=260265&gt](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265&gt). Acesso em: 25 set. 2019
- VIANA, R. M.; NEVES, A. S.; PRADO, S. D. *et al.* A racionalidade nutricional e sua influência na medicalização da comida no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 447-456, 2017.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Preparation and use of food-based dietary guidelines: report of a joint Fao/WHO consultation nicosia. Cyprus: World Health Organization, 1996. Disponível em: [www.fao.org/docrep/x0243e/x0243e00.htm](http://www.fao.org/docrep/x0243e/x0243e00.htm). Acesso em: 15 set. 2019.